

### Emprego formal em 2012

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)<sup>1</sup>, em 2012, o Nordeste registrou a criação de 195.758 empregos celetistas, correspondente à diferença entre 3.006.950 admissões e 2.811.192 desligamentos. O dado, apesar de expressivo, significou uma queda de 41,8% em relação a 2011 e dá continuidade a uma tendência de diminuição no ritmo de oferta de empregos observada desde 2010.

Na última década, com exceção de 2003 em que foram gerados 128.031 empregos, a média anual foi de cerca de 270.000 empregos, chegando a 487.498 em 2010.



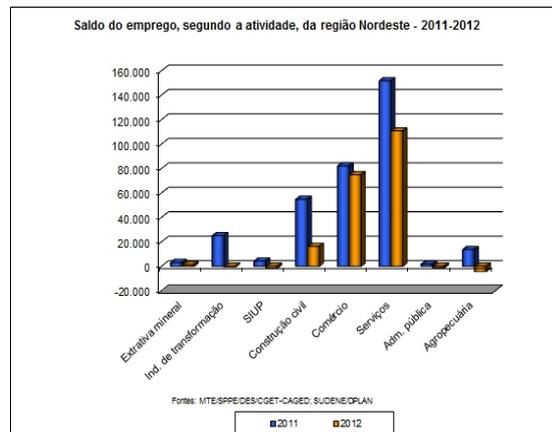
Em termos relativos, em 2012 em comparação com 2011, as atividades impactaram o desempenho da região da seguinte forma: Comércio, -8,8%; Serviços, -27,0%; Extrativa Mineral, -59,6%; Construção Civil, -70,4%; Indústria de Transformação, -101,7%; Agropecuária, -131,9%; Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), -134,5%; e Administração Pública, -170,4%.

As atividades que contribuíram para a criação de vagas foram as seguintes: Serviços, 110.758 vagas (56,6%); Comércio, 74.927 vagas (24,3%); Construção Civil, 16.199 vagas (8,3%); e Extrativa Mineral, 1.224 vagas (0,6%). Em contrapartida, as atividades que eliminaram empregos foram a Agropecuária, -4.351 vagas; SIUP, -1.442

<sup>1</sup> O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

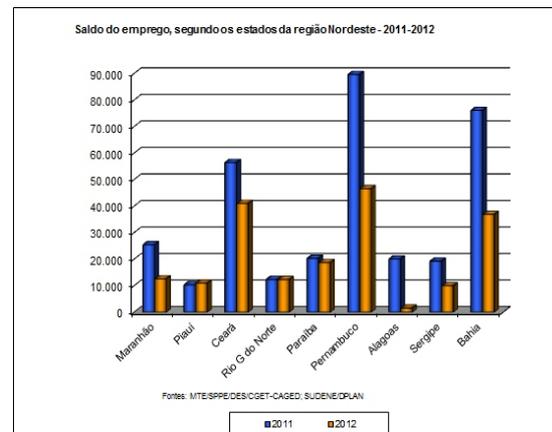
vagas; Administração Pública, -1.137 vagas; e Indústria de Transformação, -420 vagas.

A pesquisa não contempla os empregos públicos estatutários.



A distribuição dos saldos de emprego na região obedeceu ao seguinte perfil: Pernambuco (47.695), Ceará (40.882), Bahia (37.990), Paraíba (19.214), Maranhão (13.710), Rio Grande do Norte (12.582), Piauí (11.320), Sergipe (10.052) e Alagoas (2.313).

Cabe destacar que em 2012 todos os estados nordestinos, com exceção do Piauí e Rio Grande do Norte, apresentaram saldos de emprego inferiores quando comparados com o ano anterior. Alagoas foi o estado que chamou mais a atenção por apresentar um saldo 13 vezes inferior ao de 2011. Nesse ano, por sua vez, todos os estados da região apresentaram saldos inferiores aos de 2010.



Serviços, Comércio e Construção Civil, nesta ordem, criaram a grande maioria dos empregos da região, corroborando com os indicadores de demanda que têm apontado para uma tendência de aquecimento nesses setores.

Segundo o MTE, o desempenho positivo dos Serviços deveu-se à expansão de todos os seus ramos: alojamento e alimentação, comércio e administração de imóveis, transportes e comunicações, médicos e odontológicos, ensino e instituições financeiras.

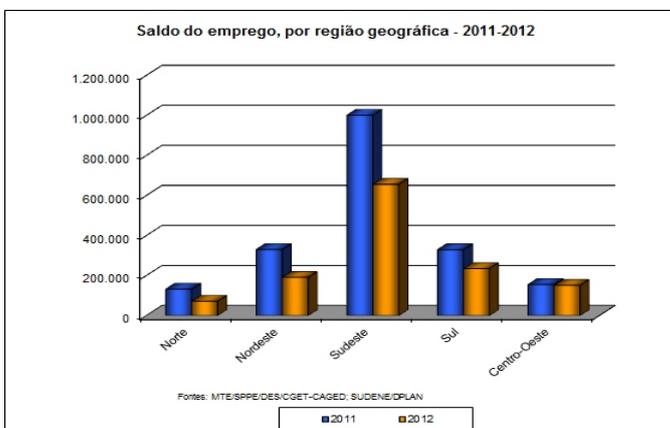
O Comércio registrou bons resultados nos seus segmentos varejista e atacadista.

## Brasil

O Brasil gerou 1.315.577 vagas de emprego em 2012, 1.194.460 em 2011 e 2.555.421 em 2010. De acordo com o MTE, embora os dados representem a continuidade do movimento de expansão do emprego formal, revelam uma redução no ritmo de crescimento na geração de postos de trabalho quando confrontado com anos anteriores.

Desses 1.315.577 empregos, os Serviços participaram com 674.420 vagas, ou 51,2%; o Comércio com 383.426, ou 29,1%; a Construção Civil com 148.114, ou 11,3%; e a Indústria de Transformação com 87.385, ou 6,6%. A Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Administração Pública e Agricultura participaram em conjunto com 22.232 vagas, ou 1,8%.

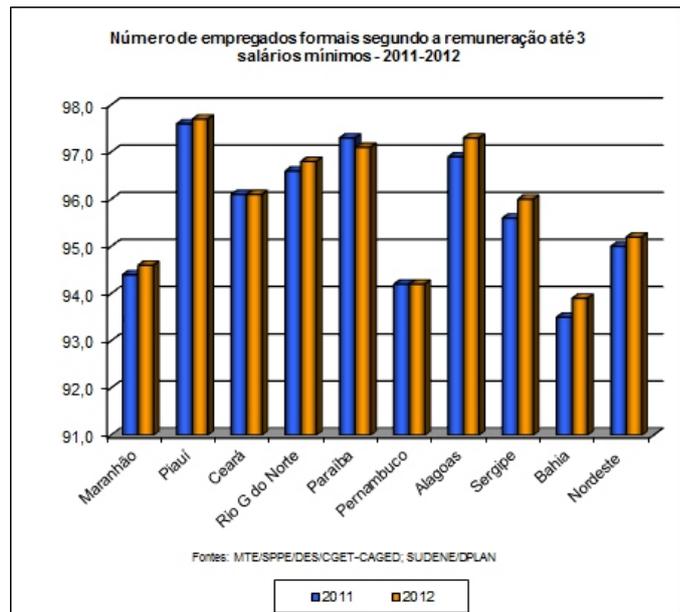
Por grandes regiões, o Sudeste gerou 655.282 vagas, uma diminuição de 34,5% em relação ao ano anterior; o Sul, 234.355 vagas, ou -28,7%; o Nordeste, 195.758 vagas, ou -41,8%; o Centro-Oeste, 150.539 vagas, ou -2,6%; e o Norte, 71.299 vagas, ou -45,8%. No país, os estados que geraram mais empregos, em termos absolutos, foram São Paulo (336.398), Rio de Janeiro (148.797), Minas Gerais (145.292), Paraná (89.139), Rio Grande do Sul (81.404), Goiás (66.230), Pernambuco (47.695), Ceará (40.882), Pará (37.320), Bahia (37.990) e Mato Grosso (36.517).



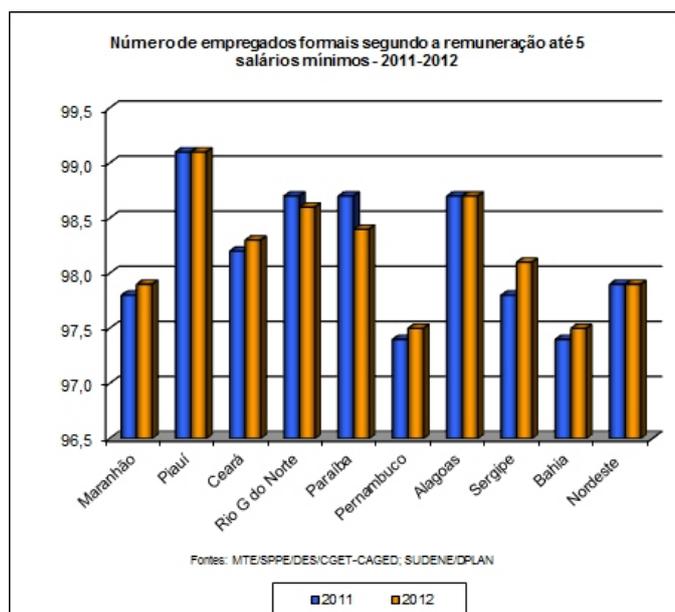
## Rendimento

Neste segmento foi abordado o comportamento do rendimento, em quantidade de salários mínimos.

O segmento foi dividido em dois grupos. Um referente à quantidade de empregados que auferiram até 3 salários mínimos e o outro, referente à quantidade de empregados que auferiram até 5 salários mínimos.



Os grupos foram definidos em razão de serem os mais representativos da remuneração da grande maioria do emprego formal.



## Emprego e Rendimento

Segundo as agregações, observou-se que no período de janeiro a dezembro de 2012, 95,2% da mão de obra formal do Nordeste auferiu até 3 sal. mín. e 97,9% até 5 sal. mín.

Em 2011, esses percentuais foram de 95,0%, no estrato até 3 sal. mín. e de 97,9%, no estrato até 5 sal. mín.

Na região, as menores concentrações foram observada na Bahia, com 93,9% dos empregados formais auferindo até 3 sal. mín. e 97,5% até 5 sal. mín. E as maiores, no Piauí, com 97,7% até 3 sal. mín. e 99,1% até 5 sal. mín.

Quanto às faixas acima de 3 e 5 salários mínimos percebeu-se um aparente retrocesso no processo de mobilidade para essas faixas mais elevadas de remuneração.

Desta forma, o Nordeste apresentou uma queda de 4,0% na faixa acima de 3 salários mínimos e permaneceu estável na faixa acima de 5 salários mínimos, com variação de 0,0%.

Com exceção da Paraíba, que obteve ganhos de participação de 7,4% e 23,1% nas faixas acima de 3 e 5 sal. mín. e do Rio Grande do Norte, que ganhou participação de 7,7% na faixa acima de 5 sal. mín. ainda que tenha perdido participação na faixa acima de 3 sal. mín. (-5,9%), quase todos os estados da região apresentaram recuos, mais ou menos acentuados nas faixas de análise: Maranhão, (-3,6% e -4,5%); Piauí, (-4,2% e 0,0%); Ceará, (0,0% e -5,6%); Pernambuco, (0,0% e -3,8%); Alagoas, (-12,9% e 0,0%); Sergipe, (-9,1% e -13,6%); e Bahia, (-6,2% e -3,8%).

No Brasil, em 2012, 93,2% da mão de obra formal auferiu até 3 sal. mín. e, 97,1% até 5 sal. mín. Como em 2011 essas taxas tinham sido de 92,7% e 96,9%, respectivamente, significou um aumento da concentração de 0,5% na faixa de remuneração até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

Inversamente, nas faixas acima de 3 e 5 sal. mín. as quedas foram de 5,8% e 4,0%, respectivamente

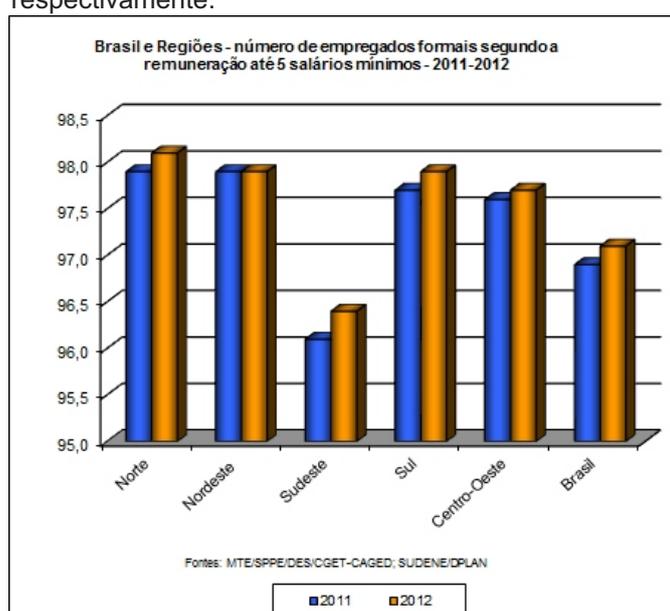
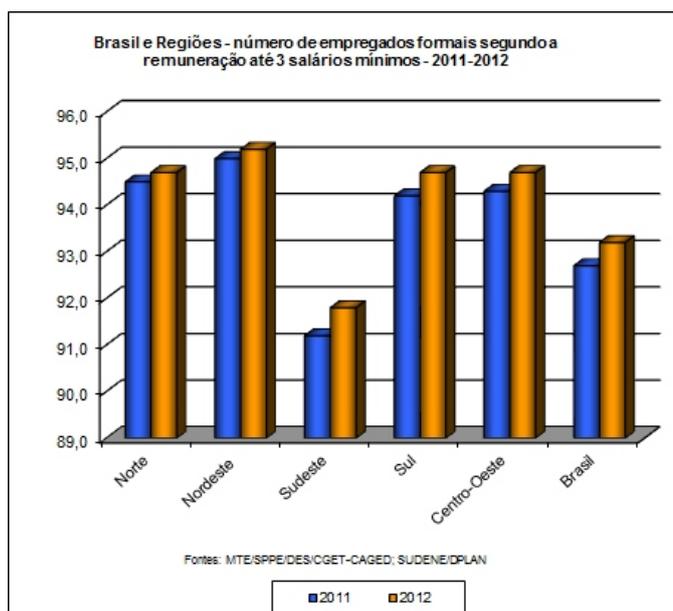
Por Regiões, no Norte, 94,7% dos empregados formais receberam até 3 sal. mín. e 98,1% até 5 sal. mín. em 2012, contra 94,5% e 97,9%, em 2011, indicando um aumento da concentração de 0,2% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

No Sudeste, a região de menor concentração nas faixas de remuneração analisadas, 91,8% dos empregados formais auferiram até 3 sal. mín. e 96,4%, até 5 sal. mín. em 2012, contra 91,2% e 96,1%, respectivamente, no mesmo período de 2011, indicando um aumento da concentração de 0,7% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

No Sul, 94,7% dos empregados receberam até 3 sal. mín. e 97,9%, até 5 sal. mín. em 2012, contra 94,2% e 97,7%, respectivamente, no mesmo período de 2011, indicando um aumento da concentração de 0,5% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

No Centro-Oeste, 94,7% dos trabalhadores receberam até 3 sal. mín. e 97,7%, até 5 sal. mín. em 2012, contra 94,3% e 97,6%, respectivamente, em igual período de 2011, indicando uma reconcentração de 0,4% na faixa até 3 sal. mín. e 0,1% na faixa até 5 sal. mín.

Nas faixas acima de 3 e 5 sal. mín. as quedas foram de 3,6% e 9,5% no Norte; 6,8% e 7,7% no Sudeste; 8,6% e 8,7% no Sul; e 7,0% e 4,2% no Centro-Oeste, respectivamente.



## Conclusão

Os sinais de crescimento para 2013 são indefinidos.

Se por um lado os indicadores de emprego têm apontado para o quase pleno emprego, com aumentos reais de salário de boa parte dos trabalhadores, por outro, tem se verificado uma queda nos ganhos de produtividade que acompanhem esses aumentos reais de salário, sob pena de aumento da pressão inflacionária.

De fato, desde a segunda metade de 2011 que, com o crescimento dos estoques da economia e uma redução da utilização da capacidade instalada, a atividade econômica do Brasil vem sinalizando para um abrandamento da marcha em função do evidente enfraquecimento da demanda. A atividade econômica reagiu com muita timidez ao agressivo e prolongado período de afrouxamento monetário e tributário.

Dados recentes têm mostrado que apesar dos estímulos oferecidos, o comportamento da demanda pode não ter passado de uma antecipação de compras em vez de um aumento sustentado de produção.

Segundo um estudo do Banco Barclays, nos últimos anos foram criadas mais de 20 medidas de estímulo à atividade econômica e outras tantas referentes ao controle de capitais na tentativa de alavancar o crescimento no curto prazo.

A IPC Marketing, consultoria especializada em avaliar o potencial de consumo das famílias, identifica uma diminuição dos gastos da classe B, o estrato mais importante no consumo total, que deverá participar com 48,5% do gasto total em bens e serviços em 2013, contra 50,0% em 2012.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) refere que o percentual de famílias endividadas

no país chegou a 64,3% em maio de 2013, o maior desde março de 2011 e o terceiro maior da série iniciada em janeiro de 2010. Em maio de 2012 o endividamento era de 55,9%.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a produção de veículos novos no Brasil caiu 14% em dezembro em relação a novembro de 2012 e no acumulado do ano passado, a produção de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus novos pela indústria automotiva recuou 1,9%, para 3,342 milhões de unidades, a primeira queda anual desde 2002.

Nos últimos anos, vinha-se tentando manter o nível de atividade econômica estimulando o consumo das famílias, beneficiando, setorialmente, mais o comércio do que a indústria.

Para tal, optou-se por atribuir ganhos reais ao salário mínimo e ampliou-se fortemente o raio de alcance dos programas de transferência de renda.

A implementação dos programas de transferência de renda tem a vantagem de reduzir as desigualdades mais rapidamente, mas por outro lado, tende a afetar negativamente o nível de crescimento econômico sustentável.

Com a expressiva queda na taxa de juros, esperava-se uma resposta firme do investimento o que não ocorreu.

Segundo a Produção Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a atividade manufatureira nacional terminou 2012 com queda de 2,8%, apesar do empurrão proporcionado pelo setor de bens de consumo duráveis, em função dos estímulos oferecidos pelas isenções tributárias.

Quanto ao mercado de trabalho, como se viu, embora continue apresentando expansão do emprego formal é evidente o abrandamento no ritmo de crescimento quando comparado com anos anteriores.

## Boletim Conjuntural

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento

Coordenação de Gestão da Informação para o Desenvolvimento

Julho/2013

Equipe Técnica

Adonis Oliveira (Coordenador-Geral)  
Albertina de Souza Leão Pereira (Coordenadora)  
José Luis Alonso da Silva (Responsável)  
Audrey Raphaella M. dos Santos (Estagiária)

Revisão e Editoração  
Shirley Dantas Câmara



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Dilma Vana Rousseff  
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho  
Ministro da Integração Nacional

Luiz Gonzaga Paes Landim  
Superintendente da SUDENE

Henrique Jorge Tinôco Aguiar  
Diretor Substituto de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Integração Nacional

